



DESTAQUE RURAL Nº 63

10 de Junho de 2019

**POBREZA, INVESTIMENTO, EXPECTATIVAS E
TENSÃO CONFLITUAL¹**

João Feijó e Jerry Maquenzi

INTRODUÇÃO

Enquadrado na linha de investigação sobre “pobreza, desigualdades e conflitos”, o Observatório do Meio Rural encontra-se a realizar uma pesquisa sobre a pobreza no Norte de Cabo Delgado, em particular em áreas de penetração da grande indústria extractiva. É neste ambiente de forte investimento e presença internacional, de aumento das expectativas, mas também de manutenção da pobreza e de aumento das assimetrias sociais, que o OMR pretende, numa sequência de quatro textos, compreender o fenómeno de persistência e agravamento da tensão e da violência na região.

A presente reflexão resulta da análise de diversas peças jornalistas e artigos científicos sobre as dinâmicas sociopolíticas do Norte de Cabo Delgado, e também de dados secundários disponibilizados pelo APIEX, pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) de Palma, pelo STAE, assim como diversas bases de dados constituídas pela Comissão Justiça e Paz no distrito de Palma, referentes a aldeias atacadas.

Estes dados foram complementados com outras informações recolhidas ao longo observação no terreno, nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Macomia, Quissanga e Meluco, ao longo da última semana de Março e primeira de Abril, assim como da interacção com populações locais, entre funcionários públicos (dos Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia; Serviços Distritais de Actividades Económicas; e Serviços Distritais de Planeamento e infra-estruturas em Palma, e da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas), militares da FADM, clérigos e jovens pertencentes à Comissão Episcopal de Justiça e Paz.

A análise que se segue divide-se em quatro partes, estruturadas da seguinte forma:

- 1) Pobreza, investimento, expectativas e tensão conflitual.
- 2) O processo de insurgência armada no norte de Cabo Delgado.
- 3) Consequência socioeconómicas dos ataques no norte de Cabo Delgado.
- 4) Como lidar com o fenómeno de violência no norte de Cabo Delgado? - Reflexões finais e sugestões.

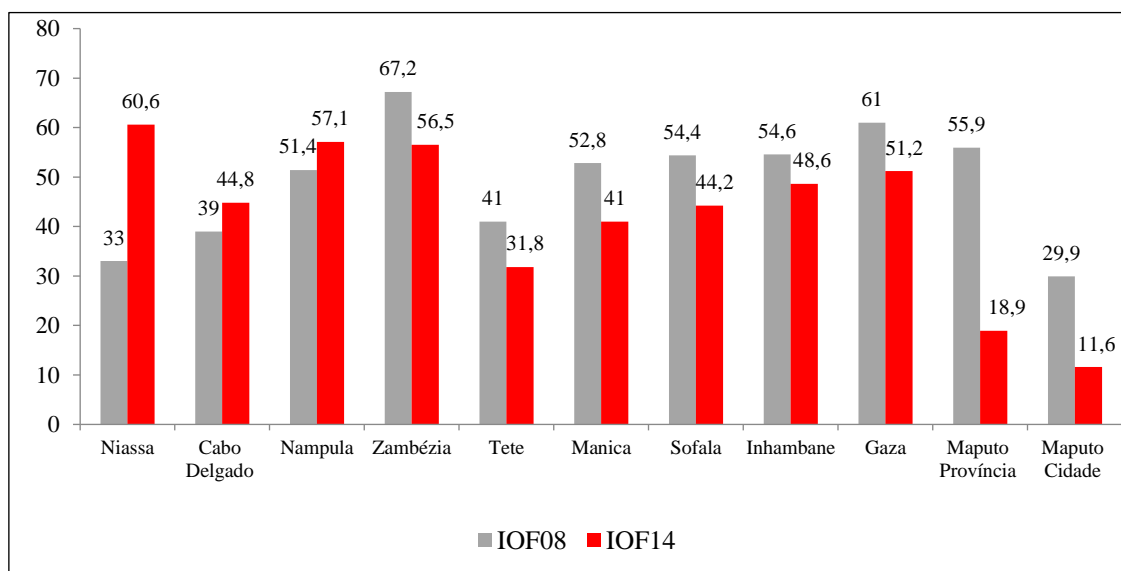
¹ Este Destaque Rural é o primeiro de quatro textos a publicar na série Destaque Rural sob o tema geral do respectivo projecto de investigação *Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado*.

PARTE 1: POBREZA, INVESTIMENTO, EXPECTATIVAS E TENSÃO CONFLITUAL

1.1. PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DE CENÁRIOS DE POBREZA EM CABO DELGADO

Não obstante o forte ritmo de investimento verificado no Norte do país, a realidade é que persistem fenómenos de pobreza na região. Na medição dos índices de pobreza, o Instituto Nacional de Estatística utiliza os conceitos de pobreza de consumo e de pobreza multidimensional. A pobreza de consumo representa a capacidade de acesso dos agregados familiares a um conjunto de bens de primeira necessidade, considerando-se “pobres” todos aqueles privados desse acesso. Neste sentido, foi definida uma linha de pobreza a partir da capacidade de acesso a um cabaz alimentar de 2.150 calorias por pessoa e por dia. Com base neste conceito (que define como critério de saída da pobreza o simples acesso a bens alimentares), os dois últimos Inquéritos ao Orçamento das Famílias (IOF) demonstraram, uma tendência de aumento da taxa de pobreza de consumo nas províncias de Cabo Delgado (onde atinge 44,8%), de Niassa e de Nampula.

Gráfico 1: Evolução da taxa de pobreza de consumo por província (2008-2014)

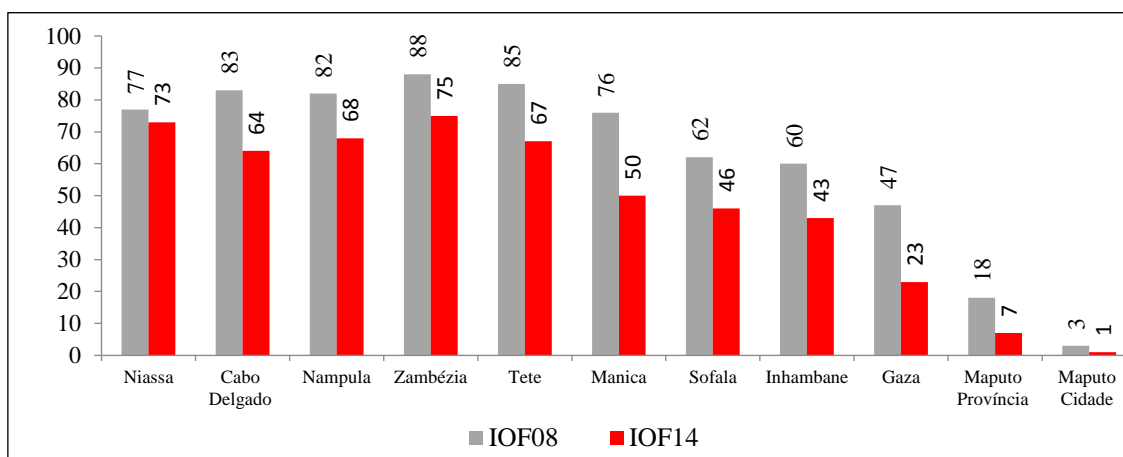


Fonte: IOF 2014/15

Por sua vez, a pobreza multidimensional refere-se a outras dimensões de privação, para além do consumo, que influenciam o bem-estar das famílias, sendo calculado através do acesso a um conjunto de seis elementos mais estáveis: 1) pelo menos, um membro do agregado familiar ter finalizado a escola primária completa; 2) acesso a fonte de água segura; 3) acesso a saneamento seguro; 4) cobertura da casa com materiais convencionais; 5) acesso a electricidade; 6) possuir bens duráveis. Na medição da incidência da pobreza multidimensional considera-se pobre o agregado familiar privado de, pelo menos, 4 dos 6 indicadores apresentados.

Os resultados demonstram uma diminuição geral da incidência da pobreza multidimensional, sobretudo no extremo Sul do País, ainda que permaneça muito elevada no Centro e Norte do Moçambique.

Gráfico 2: Evolução da incidência da pobreza multidimensional por província, em percentagem (2008 e 2014)

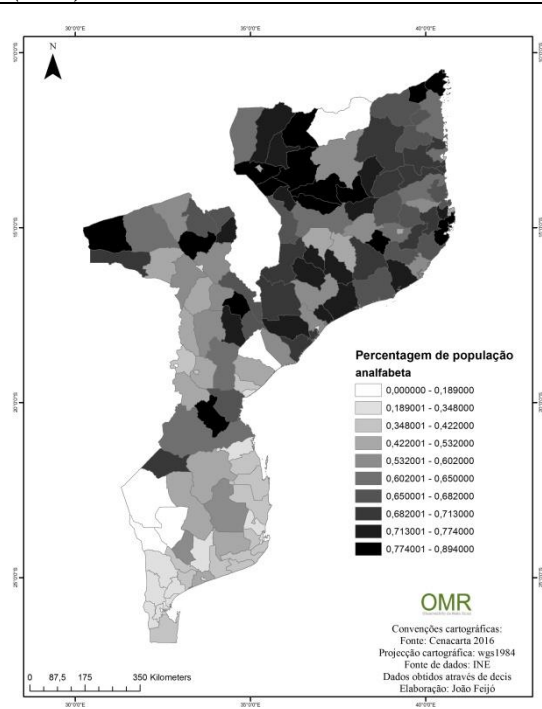


Fonte: IOF 2014/15

Quando desagregadas estas dimensões de bem-estar, constata-se que grande parte do Norte de Cabo Delgado (e do Norte de Moçambique em geral) constitui uma região fortemente marcada pela privação. O mapa 1 mostra a forte concentração de analfabetismo nesta região, inclusive nas zonas de maior penetração de investimento, comprometendo, desta forma, o aproveitamento das oportunidades de emprego surgidas. A província de Cabo Delgado possui apenas 7 estabelecimentos de ensino técnico-profissional (nível básico e médio), sendo que não existe qualquer escola técnico-profissional no distrito de Palma (Sekelekani, 26.10.2018: 12). Na sua maioria, os jovens naturais de Palma que frequentaram o ensino secundário fizeram-no em Mocímboa da Praia ou na Tanzânia.

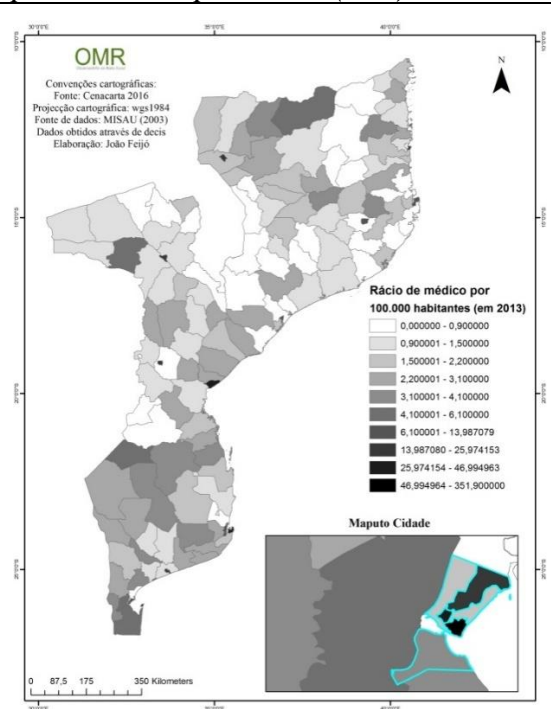
Se considerarmos o rácio de médico por cada 1000 habitantes (mapa 2), constatamos, da mesma forma, um grande contraste, não só entre centros urbanos (particularmente a cidade de Maputo) com zonas rurais, mas também entre o Norte e o Sul do País, estando vários distritos do Norte de Cabo Delgado bastante desfavorecidos no acesso a assistência médica.

Mapa 1: Taxa de analfabetismo por distrito (2007)



Fonte: INE (2007)

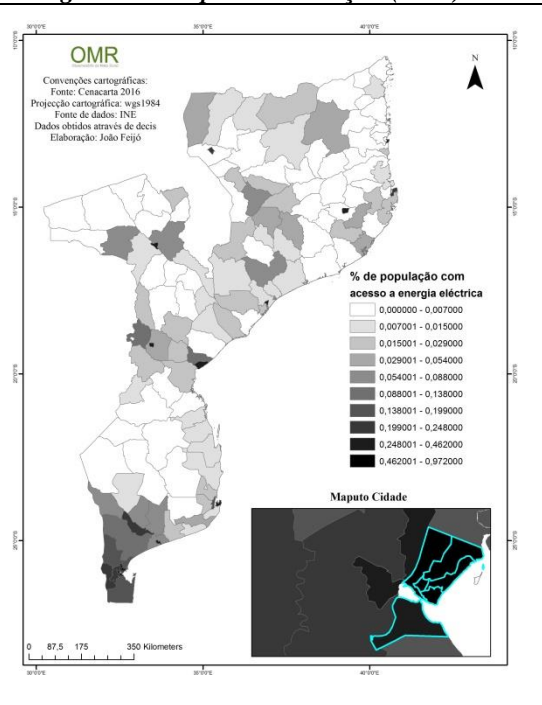
Mapa 2: Rácio de médicos por 1000 habitantes, por distrito e Maputo Cidade (2013)



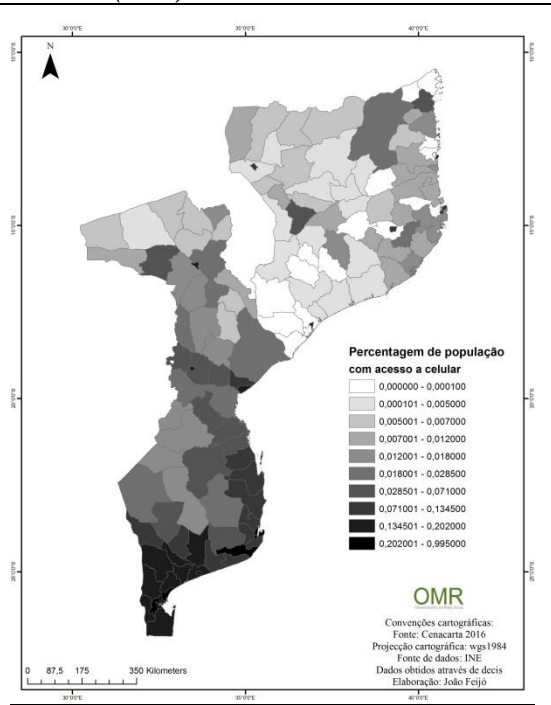
Fonte: MISAU

As discrepâncias nacionais são particularmente evidentes ao nível do acesso a energia eléctrica. O Censo de 2007 revelava que grande parte do Norte do país continuava privada de electricidade, com particular incidência para as províncias de Cabo Delgado e Nampula e grande parte de Niassa (mapa 3). Por sua vez, e ainda que o acesso a celular esteja a crescer, a realidade é que as assimetrias regionais persistem entre o Norte e o Sul do País.

Mapa 3: Percentagem de população que utiliza energia eléctrica para iluminação (2007)



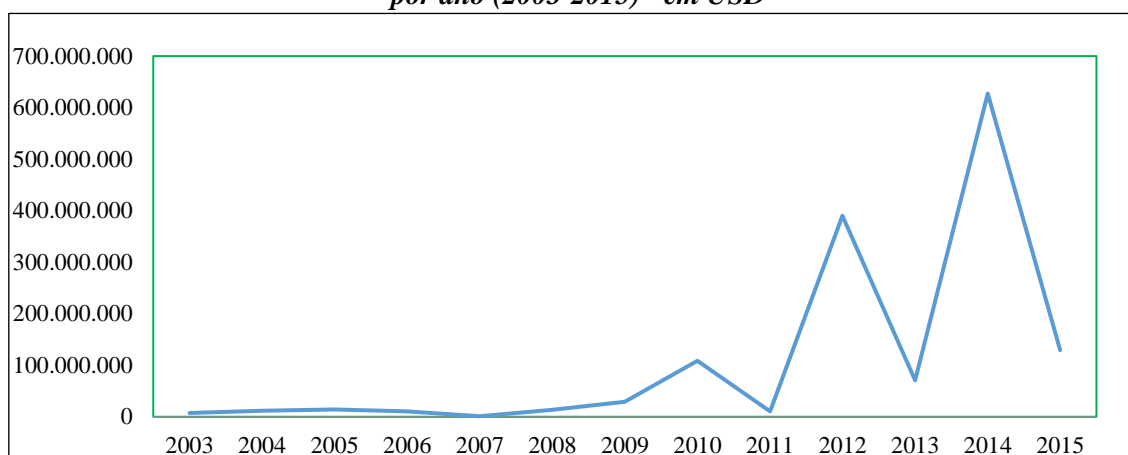
Mapa 4: Percentagem da população com acesso a celular (2007)



1.2. PENETRAÇÃO DO CAPITAL EM PALMA, FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS E CONFLITUALIDADE

Ao longo das últimas décadas, a imprensa moçambicana vem reportando diversas descobertas de recursos naturais em Cabo Delgado, assim como diversos anúncios e previsões de investimento. Ainda que os grandes investimentos na indústria do gás ainda não tenham iniciado, a realidade é que, desde o ano de 2009, assistiu-se a uma mudança no volume de investimento nesta província. Os dados do investimento aprovado pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI) demonstram o surgimento de importantes projectos económicos, que ultrapassaram, em 2014, os 600 milhões de dólares de investimento (ver gráfico 3). O gráfico mostra, ainda, uma forte oscilação dos investimentos, o que revela a existência de poucos projectos com valores bastante elevados.

Gráfico 3: Evolução do Investimento em Cabo Delgado aprovado pelo CPI por ano (2003-2015) - em USD



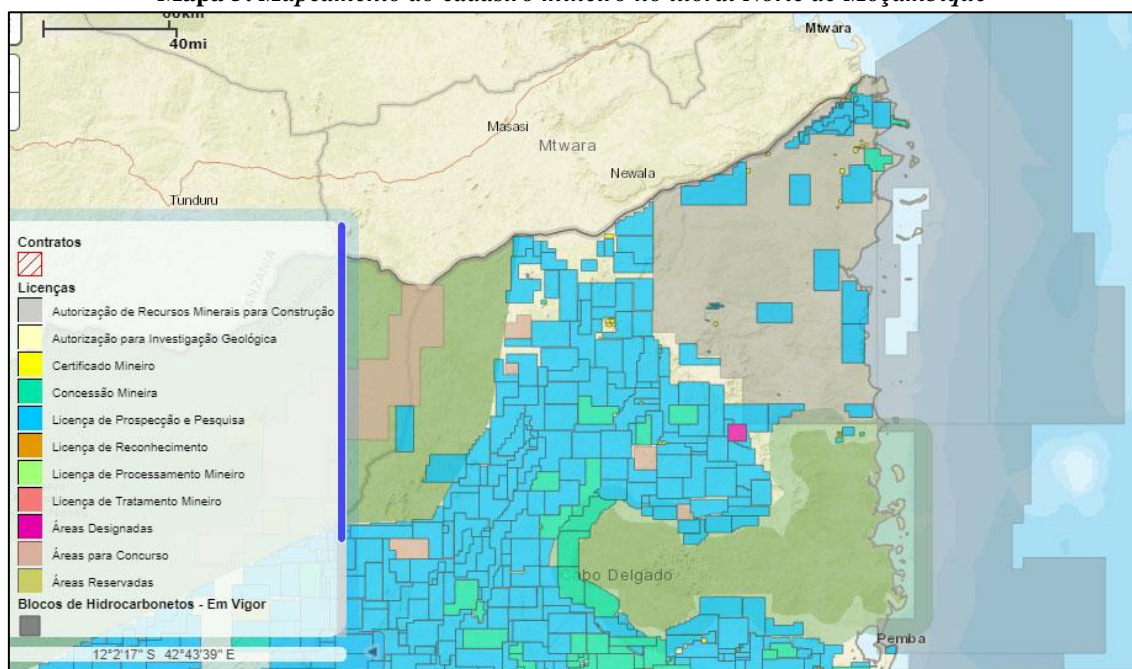
Fonte: Centro de Promoção de Investimentos

O grande *boom* de investimento teve as seguintes consequências na província:

Aumento da pressão sobre terras: Num cenário de antevisão de exploração de recursos naturais assistiu-se a fenómenos de grande procura de terras. Em Dezembro de 2012, foi emitido um DUAT provisório ao projecto da fábrica de liquefacção de gás natural em Palma de 7.000 hectares, implicando o reassentamento de 663 agregados familiares (Mário, s.d.). A forte pressão sobre terras traduziu-se no desenvolvimento do mercado de terras e no aumento do respectivo valor. Apesar de o mercado de terras ser proibido pela Constituição da República e pela Lei de Terra, a realidade é que, no distrito de Palma, pequenos talhões de 600m² que, em 2010, eram vendidos por valores compreendidos entre 7 a 10 mil meticais, nos dias de hoje, atingem 200.000 meticais. A aquisição de terrenos por parte de inúmeros indivíduos oriundos de fora do distrito (vulgo do “Sul”) é geradora de um sentimento de insegurança, de vulnerabilidade e de injustiça social.

Da análise do portal de cadastro mineiro em Moçambique (mapa 5), é possível constatar que a grande parte do território da província de Cabo Delgado foi atribuída licença de “autorização de recursos minerais para construção”, numa área total superior a 13.580 km², nomeadamente à empresa Anadarko. O carácter retalhado do mapa é ilustrativo da forte pressão pela exploração de recursos naturais na província, traduzível numa maior competição no acesso à terra.

Mapa 5: Mapeamento do cadastro mineiro no litoral Norte de Moçambique



Fonte: Mozambique Mining Cadastre Portal (<http://portals.flexicadastre.com/mozambique/pt/>)

Impacto sobre os rendimentos da população: em grande parte da costa do Norte de Cabo Delgado, onde há 10 anos residiam famílias de pescadores artesanais com estreita interação com o mar, hoje, constituem-se espaços de acesso proibido. O acesso ao mar está condicionado e em algumas áreas é proibido pescar. Como compensação, foi atribuído um valor mensal de 5.000 meticais às famílias afectadas. De acordo com um técnico da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas em Cabo Delgado, dependendo do tipo de pesca, um pescador artesanal consegue retirar um rendimento diário mínimo de 500 a 2.000 meticais. Considerando estes dados, os pescadores locais poderiam obter receitas compreendidas entre 10.000 e 40.000 meticais em 20 dias de trabalho mensal, portanto claramente superiores à actual compensação.

Problemas de reassentamento populacional: os processos de reassentamentos contribuíram para o aumento da tensão social. A população reassentada enfrenta elevados índices de ansiedade, alimentando especulações sobre o calendário e o processo prático das indemnizações a serem pagas, a garantia de atribuição de terra fértil e em quantidade suficiente (Velasco, s.d.). Quer da parte da população, quer da parte de organizações não-governamentais, existem suspeitas de consultas manipuladas, bloqueios no acesso à informação e à liberdade de expressão. Num cenário de ameaças proferidas pelas autoridades locais aos indivíduos que mais questionam o processo de reassentamento, constata-se um crescimento do número de pessoas entrevistadas que solicita que os seus nomes não sejam mencionados, com receio de represálias (Velasco, 12.05.2017). Por outro lado, constata-se um conflito involuntário entre as populações a reassentar e as populações residentes nos locais de destino, motivado por diferentes valores de indemnização (monetários, qualidade das residências). Os valores beneficiam mais as populações deslocadas que as hospedeiras, sendo que são as segundas a disponibilizar terrenos. Prevê-se um aumento da pressão sobre os recursos disponíveis, nomeadamente terra arável e lenha, assim como conflitos políticos (entre líderes tradicionais), culturais e espirituais (resultantes de perda de cemitérios, transferência de sepulturas e tratamento dado a locais sagrados). A tensão inerente ao processo de deslocação não deixa de resultar de uma memória colectiva traumática de reassentamentos forçados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, quer no âmbito dos aldeamentos coloniais, quer das aldeias comunais, invariavelmente com efeitos negativos sobre a estrutura socioeconómica local. Estes episódios permanecem vivos no imaginário local.

Frustração de expectativas e manifestações de conflito: os discursos proferidos pelas autoridades políticas e económicas estiveram repletos de promessas aliciadoras relacionadas com empregos, acesso a escolas e hospitais, tendo sido anunciadas como se se pudessem verificar no imediato, visando a aderência das populações. Esses discursos otimistas foram responsáveis pela formação de exageradas expectativas sociais (Sekelekani, 26.10.2018: 9). A concretização dos investimentos foi-se arrastando durante anos, pelo que se seguiram períodos de ausência de informação fiável e atempada e localmente disponibilizada, frustrando as expectativas das populações. O baixo acesso a informação foi alimentando boatos e especulações diversas.

Sentimento de discriminação e manifestação de conflitos: agravando a situação, assiste-se a um crescente fluxo de migrantes, representando uma maior competição de “*vientes*” junto dos naturais da região. Nos anos de 2013 e de 2014, Mocímboa da Praia chegou a receber diariamente entre 100 a 200 imigrantes, sobretudo da Somália (Voa Português, 16.01.2018). Entre a juventude local, constata-se uma percepção de ameaça externa, alegando-se que as oportunidades beneficiam os do “*Sul*” ou de “*Maputo*”, assim como “*estrangeiros*”. Apesar do aumento do investimento na região, a realidade é que, localmente, se destaca a convicção que pouco tem sido feito em prol da população local, maioritariamente muçulmana. Esse descontentamento aumenta a tensão social e a insegurança na região.

Neste cenário foram registados focos de distúrbios em diferentes aldeias do distrito de Palma. Em Maio de 2018 mais de uma centena de jovens aglomeraram-se na vila sede do distrito, protestando contra o alegado bloqueio a oportunidades de trabalho nas obras de construção civil em execução, alegando que tais oportunidades eram aproveitadas por indivíduos do Sul, ainda que cerca de 53% da mão-de-obra contratada pela empresa construtora na região fosse constituída por nativos da região (Sekelekani, 26.10.2018: 9). Grupos de jovens envolveram-se em tentativas de paralisação da construção de infra-estruturas sociais, com destaque para a construção da futura vila de reassentamento, em protesto contra alegados despedimentos e cortes ilegais nos salários, assim como discriminação salarial por não terem formação, dada a ausência de escolas e de universidades. No calor das animosidades foram registados ataques a supervisores brancos das obras. Alguns grevistas referiam que já não queriam trabalho, nem reassentamento, mas apenas as suas terras de volta e as suas praias (Sekelekani, 26.10.2018: 8).

Violência das forças de segurança e violação de direitos humanos: paralelamente, foram registados diversas ocorrências de violência por parte das forças de segurança na província de Cabo Delgado, em particular no distrito de Montepuez. A exploração artesanal de pedras preciosas neste distrito despoletou uma vaga migratória de milhares de jovens de toda a província de Cabo Delgado, inclusive do litoral da província para as minas de Namanhumbir, onde entraram em confronto com os interesses da empresa Mozambican Ruby Mining. As práticas brutais protagonizadas pelo corpo de segurança da empresa e pela Força de Intervenção Rápida (que inclui torturas e espancamentos) e a deportação compulsiva de milhares de jovens, provocaram rupturas nas fontes de rendimento de muitos indivíduos (desde jovens a agentes económicos bem estabelecidos), num cenário de falta de oportunidades e de pobreza generalizada.

1.3. CENÁRIOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Motivada pela procura internacional, sobretudo nos mercados asiáticos, nos últimos 15 anos desenvolveu-se, na província de Cabo Delgado, uma grande euforia em torno da exploração de recursos naturais, nomeadamente de madeira, mais tarde de marfim e de pedras preciosas. Constituíram-se complexas redes internacionais, em parceria com inúmeros indivíduos locais, de onde se destacaram elementos próximos do poder central e local (Maquenzi e Feijó, 2019), frequentemente envolvidos em esquemas rendeiros. Na província de Cabo Delgado desenvolveu-se um ambiente de *far west*, marcado pela incapacidade do Estado de promover a fiscalização das actividades, mas também de corrupção e oportunismo generalizado. Paralelamente, a região Norte de Moçambique passou a constituir o palco de actuação de uma rede de tráfico global de heroína,

proveniente do Afeganistão, percorrendo a costa oriental africana com destino à África do Sul, denominada Rota do Sul (Haysom *et al.*, 2018). A rede depende de uma protecção política de alto nível para acesso a infra-estruturas portuárias e rodoviárias, tendo os lucros da heroína desempenhado um papel discreto, mas identificável, no financiamento de campanhas políticas do partido no poder (Haysom *et al.*, 2018). A construção de grandes hotéis (em que alguns permanecem quase vazios) e de outras infra-estruturas lança a suspeição de estes investimentos constituírem uma forma de lavagem de dinheiro (Haysom *et al.*, 2018: 3). A realidade é que existe uma narrativa local que realça o enriquecimento de importantes figuras políticas nacionais em resultado do envolvimento em negócios de madeira, marfim, pedras preciosas ou mesmo tráfico de drogas, num cenário de pobreza generalizada, despoletando a convicção segundo a qual os dirigentes se servem da proximidade do Estado em prol dos seus interesses, ao invés do benefício da população.

1.4. TENSÕES HISTÓRICAS ENTE GRUPOS ETNOLINGUÍSTICOS

A província de Cabo Delgado constitui um espaço socialmente heterogéneo, composto por diferentes grupos etnolinguísticos. Não obstante os fenómenos migratórios e as mestiçagens, o litoral Norte continua a ser associado ao grupo etnolinguístico mwani (maioritariamente islâmico), a zona Norte do planalto associada aos macondes (maioritariamente cristãos) e a zona Sul associada aos macuas, que constituem aí a maioria da população (tendencialmente muçulmanos). Ao longo do último século, estes grupos foram-se estruturando em relações de poder inter-grupal, marcadas por diversas rupturas e reconfigurações. Até ao séc. XIX, a população islâmica da costa de Moçambique deteve um protagonismo económico (detendo um papel importante no comércio de escravos com o *hinterland*), ao longo do séc. XX, experimentou um longo processo de marginalização socioeconómica. Com a implantação do Estado Novo (e a concordata com a Igreja Católica), foram criados obstáculos ao funcionamento de escolas islâmicas e mesquitas, assistindo-se a práticas de desqualificação e de marginalização da população islâmica na colónia (Machaqueiro, 2013). A situação amenizou na década de 1960, com o início da guerra de libertação, numa altura em que o Estado colonial procurou uma aproximação com o Islão, a fim de impedir uma aliança entre a população muçulmana e o movimento de libertação.

Contudo, com o advento da independência, a narrativa assente na condenação do tribalismo, do feudalismo e do obscurantismo e de criação de um *Homem Novo* entrou em conflito com a religião islâmica, provocando desagrado entre populações muçulmanas da costa. Um incidente provocado por Samora Machel (ao entrar numa mesquita na Ilha de Moçambique terá desrespeitado a regra sagrada para os muçulmanos de descalçar os sapatos), alimentou narrativas de escândalo entre os muçulmanos no Norte de Moçambique, ainda que também de relativização e de negação do fenómeno (Macagno, 2006: 215).

No período pós-independência assistiu-se a uma reconfiguração das relações de poder no Norte de Moçambique. Até então (auto)-representado como um povo marginalizado, oprimido e fugido da escravatura (West, 2004), o grupo etnolinguístico maconde, que participou massivamente na luta de libertação, emergiu com uma nova dinâmica. Inúmeros elementos deste grupo adquiriram protagonismo socioeconómico (beneficiando de empregos no Estado, de subsídios de antigos combatentes, ocupando as residências nos bairros militares nas capitais provinciais) e político (assumindo presença em cargos de decisão militar e da segurança ou funções de ideologização de populações urbanas). Até então, circunscrito à zona de planalto, com movimentos migratórios para a vizinha Tanzânia, este grupo adquiriu, após a independência, uma forte influência sobre territórios muito para além dos distritos de Mueda, Nangade e Muidumbe. O grupo adquire também um forte protagonismo simbólico (pelo menos por comparação com as culturas mwani e macua), nomeadamente ao nível da valorização de determinados aspectos da cultura maconde, como, por exemplo, as máscaras mapiko.

Por sua vez, persistem formas de estigmatização da população costeira, maioritariamente mwani, associada à reduzida escolarização e a práticas de fecalismo a céu aberto, reforçando sentimentos de auto-exclusão. As evidências demonstram que este cenário de descontentamento foi politicamente capitalizado pela Renamo. De facto, o litoral Norte da província de Cabo Delgado constitui um espaço de penetração da oposição à Frelimo. Considerando aos resultados eleitorais das sucessivas eleições legislativas, constata-se que a Renamo já obteve várias vitórias (resultados acima de 50% dos votos) em postos administrativos do litoral e maioria islâmica e mwani, nomeadamente de Olumbi, Palma Sede, Quionga (todos no distrito de Palma), de Bilibiza, Mahate e Quissanga Sede (no distrito de Quissanga), no posto administrativo de Mbau (distrito de Mocímboa da Praia) e de Mucojo (em Macomia). Estes resultados contrastam com as vitórias significativas da Frelimo no planalto maconde, nomeadamente nos distritos de Mueda, Muidumbe e Nangade. Na realidade, os períodos eleitorais constituem momentos de tensão entre Macondes e Mwanis. O distrito de Muidumbe, maioritariamente maconde, tornou-se famoso por actos de violência cometida contra apoiantes da Renamo (Israel, 2006: 108-110), com relatos expulsão de populações mwanis de zonas baixas do distrito, ou de camiões oriundos do distrito seguindo para Mocímboa da Praia em apoio da campanha da Frelimo em eleições municipais. Em Setembro de 2005, na sequência dessas disputadas eleições, a vila de Mocímboa da Praia constituiu palco de violentas manifestações, das quais resultaram pelo menos 12 mortos e 30 detenções, na sua totalidade apoiantes da Renamo (Mbanze, 20.11.2006).

REFERÊNCIAS

- HAYSOM, Simone; GASTROW, Peter; e SHAW, Mark (2018) “Combater o tráfico de heroína na Costa da África Oriental” in *Resumo de Políticas*, 4, ENACT, pp. 1-11.
- ISRAEL, Paolo (2006) “Kummwagalela Guebuza – The Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo” in *Lusotopie*, 13 (2), pp. 103-125.
- MACAGNO, Lorenzo (2006) *Outros Muçulmanos – Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- MACHAQUEIRO, Mário Artur (2013) “O ensino da política islâmica do Moçambique Colonial: da ansiedade islamofóbica à miragem do ‘islão português’” in *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, pp. 95-119.
- MAQUENZI, Jerry e FEIJÓ, João (2019) “a maldição dos recursos naturais – mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir” in *Tensões e Conflitos Sociais no Campo – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp.143-168.
- MÁRIO, Tomás Vieira (s.d.) “Fábrica de gás de Palma: plano de reassentamento vai abranger 470 famílias” in *Sekelekani*, disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/files/F%C3%A1brica%20de%20g%C3%A1s%20de%20Palma%20com%20area%20reduzida.pdf>, acesso a 24.05.2019.
- MBANZE, Fernando (20.11.2006) “Renamo processa Estado” in *Mediafax*.
- SEKELEKANI (26.10.2018) “Alta tensão laboral agita Palma” in *Suplemento do Semanário Savana*, pp. 8-12.
- VELASCO, Palmira (12.05.2017) “Processo de reassentamento em Palma: longe do direito à informação!” in *Sekelekani*, disponível em <https://www.sekelekani.org.mz/?slider=processo-de-reassentamento-em-palma-longe-do-direito-a-informacao>, acesso a 24.05.2019.
- VELASCO, Palmira (s.d.) “Em que ponto se encontra o projecto de gás do Rovuma?” in *Sekelekani*, disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/files/Em%20que%20ponto%20se%20encontra%20o%20projecto%20de%20gas%20do%20Rovuma.pdf>, acesso a 24.05.2019
- VOA PORTUGUÊS (16.01.2018) “Islão em Moçambique – as raízes do fundamentalismo” in *VoA Português*, disponível em <https://www.voaportugues.com/a/islao-mocambique-raizes-fundamentalismo/4208808.html> acesso a 28.05.2019.
- WEST, Harry (2004). Villains, Victims, or Makonde in the Making? Reading the Explorer Henry O'Neill and Listening to the Headman Lishehe. *Ethnohistory*, 51(1), 1-43.